

PARECER


AValiação DA GESTÃO PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

1. O Conselho Municipal de Saúde de Marechal Floriano/ES, em atendimento as exigências legais, notadamente o § 1º do Art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a regulamentação própria desta Unidade Federativa e normas do Ministério da Saúde, para fins de Prestação de Contas Anual, do exercício de 2024, do Fundo Municipal de Saúde de Marechal Floriano/ES, é de parecer pela aprovação das mesmas, encontrando-se o processo em condições de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
2. O parecer está consubstanciado no Relatório Conclusivo da Comissão de Finanças do Conselho Municipal de Saúde e nos resultados do acompanhamento periódico e da avaliação quadrimestral dos relatórios encaminhados pela Gestão, do Fundo Municipal de Saúde, relativo ao exercício financeiro de 2024, acompanhados e analisados a luz do planejamento, definido para o período, observadas as competências do Conselho, com fulcro nos seguintes aspectos:
 - I. Organização do Conselho Municipal de Saúde;
 - II. Deliberações extraordinárias para tratar de demandas urgentes;
 - III. Relevância atribuída ao Conselho, pelo gestor, no planejamento e na tomada de decisões relacionadas ao setor da saúde;
 - IV. Efetividade do plano e respectivo processo de elaboração e a inclusão dos instrumentos de planejamento da saúde no PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual;
 - V. Cumprimento do Plano Municipal de Saúde;
 - VI. Execução da Programação Anual de Saúde;
 - VII. Cumprimento de metas físico-financeiras dos Planos de Aplicação dos recursos da saúde;
 - VIII. Ações e atividades estratégicas do gestor, no programa de Saúde da Família;
 - IX. Cumprimento do percentual constitucional mínimo de receitas vinculadas a saúde, compreendendo receitas de impostos e transferências constitucionais vinculadas e respectivo rendimento das aplicações financeiras, no ano de 2024, e as despesas realizadas com fontes livres, além das receitas vinculadas pela EC 29/2000,

destinadas às ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos artigos 2º e 3º da LC 141/2012.

3. Após análise do parecer da Comissão de Finanças não se verificou anomalias nas contas e/ou ofensa as normas.
4. O parecer supra não elide e não respalda irregularidades não detectadas, quando da análise das contas, e não isenta o gestor dos encaminhamentos administrativos e legais inerentes ao caso.


Marechal Floriano/ES, 26 de fevereiro de 2025.



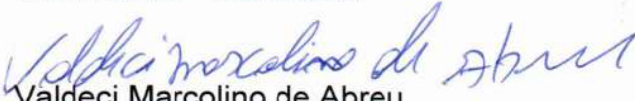
Anderson Caetano da Rocha
Conselheiro - Presidente



Gisele Mara Nalesso Mees
Conselheira - Vice-presidente



Ivaniida Silva de Andrade
Conselheira - Secretária



Valdeci Marcolino de Abreu
Conselheiro - Vice-secretário